➤ PREGÃO ELETRÔNICO**▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****RECURSO :**

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA, ELIZIA MARA COSTA ISRAEL, DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2022

Processo Administrativo nº. 2021/000020096-00

AF CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.477.679/0001-53, com sede à Rua Diamante, Nº 01, Qd. P,Cj. Manausense – Nossa Senhora das Graças – Manaus/AM, nesta denominada RECORRENTE, vem, com o devido acatamento e respeito, perante a honrada presença de Vossa Senhoria, não se conformando com a decisão que classificou, habilitou e declarou vencedora a empresa PAIVA CONSTRUÇÕES LTDA, nesta denominada RECORRIDA, no item 1 desse certame, in oportuno tempore, interpor nos termos do item 17.2 do Edital do Certame RECURSO, nos termos dos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos.

Emérito(s) Julgador(es),

"Data venia", a respeitável decisão que classificou, habilitou e declarou vencedora a empresa RECORRIDA deve ser reformada, por não estar plenamente amparada tanto nos princípios da razão e do direito, como nos dispositivos legais que regulam a espécie, senão vejamos:

I – DA DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA - RAZÕES DO RECURSO

A recorrente está irrisignada com a decisão prolatada, na qual, resolveu por classificar, habilitar e declarar vencedora a empresa RECORRIDA, em franco desrespeito aos itens editalício.

A referida decisão, ínlito(s) julgador(es), data máxima vênua, não merece prosperar. Em que pese o habitual e inquestionável saber técnico-jurídico do(a) ilustre Pregoeiro(a), e o empenho em proferir um julgamento justo, legal e adequado aos objetivos perseguidos, na verdade, involuntariamente, laboraram em equívocos, na exegese das cláusulas editalícias, que eivam a decisão classificatória, ora recorrida, de ilegalidade.

O julgamento levado a efeito não pode e não há de prevalecer, por medida de direito e de justiça.

Fundamentamos:

I.A – INFRIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 266 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1979 DO CONFEA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE AUMENTO DE CAPITAL SEM REGISTRO NO CREA – INVALIDADE DA CERTIDÃO POR CONSEQUENTE NÃO APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO EXIGIDO NO EDITAL

A presente licitação que tem como objeto Contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalação com fornecimento de kits de instalação para condicionadores de ar tipo Split por demanda, abrangendo mão de obra e emprego de ferramentas, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com o valor estimado para o item 1 de R\$ 460.296,00 (quatrocentos e sessenta mil, duzentos e noventa e seis reais).

Pois bem.

Foi exigido na "Qualificação Técnica" (item 16.5, "a") do Edital a comprovação ou inscrição da empresa licitante na Entidade de Classe, vejamos:

16.5 – As licitantes deverão encaminhar a seguinte documentação complementar para verificação da sua Qualificação Técnica:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

Ocorre que a RECORRIDA, NÃO COMPROVOU O SEU REGISTRO, nos termos exigidos no item 16.5, "a" do edital, explico:

O item 16.5, "a" do edital exige que as concorrentes apresentem comprovação ou inscrição da empresa licitante na Entidade de Classe "em plena validade".

Ocorre que a RECORRIDA não apresentou a CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA com "plena validade", conforme expomos abaixo:

Compulsando os documentos apresentados pela RECORRIDA percebesse que a CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA Nº 981695/2021 emitida pelo CREA/AM em 24 de setembro de 2021, declara um Capital Social de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

No entanto, a 5ª Alteração Contratual, de 29 de novembro de 2021, data posterior a emissão da CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA nº 981695/2021 juntada aos autos em epígrafe, demonstra um aumento do capital social, saindo de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para o montante de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Ou seja, claramente está evidenciado que a RECORRIDA juntou no processo licitatório CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA inválida, devido os seguintes fundamentos:

O Art. 2, §1º, alínea "c" da Resolução nº 266, de 15 de Dezembro de 1979, do CONFEA, determina que a certidão emitida perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos, vejamos:

"Art. 1º - Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, mediante requerimento, expedirão certidões comprobatórias da situação do registro de pessoas jurídicas.

Art. 2º - Das certidões de registro expedidas pelos Conselhos Regionais deverão constar:

(...)

§ 1º - Das certidões a que se refere este artigo deverão figurar as declarações de que:

(...)

c) as certidões emitidas pelos Conselhos Regionais perderão a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nelas contidos e desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro." Portanto, a RECORRIDA fez uma alteração contratual sem o devido registro no CREA, posterior a emissão da certidão em elementos cadastrais nela contidos, fazendo com que esta não apresente a situação correta e atualizada do registro, cancelando automaticamente à validade da mesma.

Vale registrar que este tema, por ocasião do julgamento do recurso interposto pela Outec Engenharia de Projetos LTDA contra o resultado de habilitação do Edital nº 271/2004-00 processo nº 50.600.001.899/2002-67 no qual a empresa ganhadora também tinha apresentado CERTIDÃO Cadastral desatualizada, sendo desclassificada, vejamos o relatório de julgamento:

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE RECURSO

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 271/2004-00.

RECURSO INTERPOSTO PELA OUTEC ENGENHARIA DE PROJETOS L TDA. CONTRA O RESULTADO DE HABILITAÇÃO.

PROCESSO Nº 50.600.001.899/2002-67.

Trata o presente sobre análise e julgamento do recurso impetrado, tempestivamente, pela OUTEK Engenharia de Projetos Ltda. contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação em face à sua inabilitação na concordância conduzida por meio do Edital nº 271/2004-00.

A ora Recorrente foi considerada inabilitada pela Comissão Permanente de Licitação por não ter apresentado atestados pela execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, contrariando a alínea -b8 do subitem 14.4 do Edital, e ter apresentado Certidão de Registro no CREA na qual consta valor desatualizado do capital social da empresa tomando, assim, a certidão inválida, e, desta forma, solicita que seja reconsiderada a referida decisão, habilitando -a para prosseguir participando da licitação.

(...)

2) Da mesma forma, quanto a inabilitação por ter apresentado Certidão do CREA com indicação de capital social desatualizado, a Comissão não vê como voltar atrás. Pode parecer exigência absurda, mas a indicação de dados cadastrais desatualizados numa certidão emitida pelo CREA toma a mesma inválida. Esta regra está contida na Resolução nº 266, de 15/12/1979, do CONFEA. A Comissão não utiliza, nem pode utilizar, a referida certidão para aferição do capital de uma empresa, isto é verificado por intermédio de outros documentos tratados em lugar diverso no Edital. Por outro lado, o próprio Órgão emissor da certidão afirma que a certidão não tem validade quando desatualizada tomando-a, assim, um documento nulo e, por esse motivo, é que a empresa não pode ser habilitada pois deixa de atender a alínea -a- do subitem 14.4 do Edital.

Desta toma e por todo o exposto, a Comissão de Licitação recomenda negar provimento ao recurso impetrado pela empresa OUTEK Engenharia de Projetos Ltda., mantendo a sua inabilitação para o processo licitatório do Edital nº 271/2004-00, devendo este Relatório ser submetido à Diretoria Executiva do DNIT de acordo com o parágrafo 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, para deliberação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2005.

(Fonte: http://www1.dnit.gov.br/anexo/Recurso/Recurso_edital0271_04-00_2.pdf, pesquisa realizada no dia 27/07/2018.)

Perceba(m) n.(s) Julgador(es), a justificativa provável da RECORRIDA será que a Lei de Licitações exige tão somente o registro ou inscrição na entidade profissional competente, ou seja, apenas a comprovação de registro e inscrição no CREA seria o bastante, não havendo necessidade da comprovação de atualização em função da desatualização do Capital Social na Certidão de inscrição do CREA.

Pois bem.

Conforme citado acima, a certidão do CREA somente pode ser utilizada se for válida. No caso da Certidão apresentada pela recorrida, a mesma está desatualizada, portanto, é nula de pleno direito, não podendo ser utilizada como comprovação de regularidade junto ao CREA, nos termos do Art. 2, §1º, alínea "c" da Resolução nº 266, de 15 de Dezembro de 1979, do CONFEA.

Efetivamente, nos termos da Resolução nº 266/79 do CONFEA, a certidão emitida pelo CREA perde a validade se sobrevier qualquer mudança contratual que não seja devidamente comunicada ao referido conselho para que seja procedida à retificação dos registros, e conseqüente emissão de nova certidão com dados atualizados. NÃO SERVINDO COMO COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DA RECORRIDA JUNTO AO CREA.

Sobre as certidões de registro e inscrição de pessoa jurídica no CREA, afirma a referida Resolução que "está certidão não concede à firma o direito de executar quaisquer serviços de seu ramo social sem a participação efetiva dos seus Responsáveis Técnicos, e a mesma perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos e não representem a situação correta ou atualizada do registro".

Dessa forma, a certidão emitida pelo CREA e que foi apresentada pelo recorrido junto ao procedimento licitatório estar desatualizada, o que a torna inválida, nos termos da Resolução 266 do CONFEA, garantindo legitimidade ao ato administrativo que deverá reconhecer a inabilitação da recorrida.

Outrossim, não há que se falar em excesso de rigor por parte da Administração, mesmo porque os atos que encerram o procedimento de licitação são eminentemente formais e, salvo quanto ao conteúdo das propostas, públicos, até mesmo para atender ao princípio da segurança jurídica, cuja razão teleológica é o cumprimento dos preceitos de igualdade e isonomia entre os concorrentes.

Sobre os princípios que regem a licitação, ensina Celso Antônio Bandeira de Mello,

"Ao nosso ver, os princípios cardeais da licitação poderiam ser resumidos nos seguintes: a) competitividade, b) isonomia; c) publicidade; d) respeito às condições prefixadas no edital; e e) possibilidade de o disputante fiscalizar ao atendimento dos princípios anteriores. Afora o princípio da competitividade, que, embora não mencionado especificamente pela lei em tal qualidade, é da essência da licitação (tanto que a lei o encarece em alguns dispositivos, como no art. 3º, § 1º, I, e no art. 90), todos descendem do princípio da isonomia, pois são requisitos necessários para garanti-lhe a existência.

Os cânones em causa devem obrigatoriamente informar qualquer licitação. Admite-se, tão-só, que podem sofrer contemperamentos, especialmente em vista de operações que envolvam recursos de menor monta, comportando publicidade restrita e disputa em círculo eventualmente limitado de concorrentes". (In Curso de Direito Administrativo. 12ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 464/465)

Portanto, se o próprio órgão certificador (CREA), informar através de sua Resolução, que a Certidão de pessoa Jurídica apresentada não possui validade em função da divergência entre os dados nela constante e aquele que, de fato, deveriam nela constar, aduz que a mesma é imprestável ao fim a que se prestaria, mormente em função da existência de legislação que rege a matéria (Resolução 266/79 do CONFEA), não se pode dar interpretação divergente ao dito em norma aplicável ao caso.

Além disso, a RECORRIDA descumpriu a norma legal prevista no art. 27, inciso II e art. 30, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

(...)

II - qualificação técnica;

e

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

Ressalte-se que cabe às empresas participantes apresentar no momento previsto no edital da licitação os documentos devidamente atualizados, para comprovar as condições que lhe são exigidas, devendo ser inabilitada a recorrida.

Nossa assertiva é amplamente acatada pelos Tribunais, vejamos:

ADMINISTRATIVO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, LICITAÇÃO, LEI Nº. 8.666/93, FASE DE HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, CERTIDÃO DE REGISTRO NO CREA, DADO CADASTRAL DESATUALIZADO, INABILITAÇÃO NO CERTAME. 1. Agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, que negou o pedido liminar que consistia em decretar anulados todos os atos

posteriores à inabilitação da impetrante no procedimento licitatório e considerá-la habilitada, prosseguindo a licitação com a abertura de sua proposta de preços, ou, sucessivamente, que fosse decretada a suspensão da licitação até o julgamento final do mandado de segurança. 2. É fato incontroverso nos autos que no momento indicado pelo Edital para apresentação da Certidão do CREA, a empresa agravante apresentou certidão emitida em 15/08/2012, que traz como capital social da empresa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). 3. A Comissão Especial de Licitação, na sessão de análise de documentos apresentados pelas empresas concorrentes expôs a seguinte conclusão quanto à empresa impetrante: "2. A concorrente Divan Construção e Reforma Ltda. ME apresentou a Certidão do CREA BA, com o valor do seu Capital Social, como sendo no valor de R\$ 10.000,00 divergente do informado no seu Balanço Patrimonial, que é de R\$ 998.000,00, porém a certidão do CREA BA declara no seu conteúdo o seguinte: "CERTIFICO, mais, ainda que está certidão não concede à firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e inofismável dos responsáveis técnicos citados e perderá a sua validade se ocorrer qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua expedição", tornando sua certidão inválida e assim, deixou de atender o item 1.1.13, do Anexo 03, do Edital, que exige "Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)", sendo INABILITADA, com fundamento no art. 27, inciso II e art. 30, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93". 4. A Certidão juntada pela empresa agravante no momento da habilitação encontrava-se com os dados cadastrais desatualizados, tendo em vista que a atualização do capital social ocorreu, segundo a própria empresa impetrante, em 2011, enquanto a certidão foi emitida em 15 de agosto de 2012. Tal fato torna inválida a certidão acarretando o descumprimento da qualificação técnica prevista no edital. 5. Ressalte-se que cabe às empresas participantes apresentar no momento previsto no edital da licitação os documentos devidamente atualizados, para comprovar as condições que lhe são exigidas, tendo agido de forma correta a Comissão Especial de Licitação ao considerar inabilitada a empresa ora agravante. 6. Agravo de instrumento improvido. (TRF-5 - AG: 63654020134050000, Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti, Data de Julgamento: 15/08/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: 22/08/2013)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA CONCORRENTE. MUDANÇA DE ENDEREÇO SOCIAL. CERTIDÃO DO CREA. DADOS CADASTRAIS. FALTA DE ATUALIZAÇÃO. INVALIDADE DA CERTIDÃO. INABILITAÇÃO. DIREITO LIQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO DEMONSTRAM QUE A EMPRESA APELANTE ALTEROU O SEU ENDEREÇO SOCIAL SEM, NO ENTANTO, COMUNICAR AO CREA A MUDANÇA. O EDITAL DE LICITAÇÃO EXIGIA CERTIDÃO ATUALIZADA DE TODOS OS DADOS CADASTRAIS JUNTO AO CONSELHO REGIONAL, SENDO, PORTANTO, REGULAR A INABILITAÇÃO OPERADA COM BASE EM CERTIDÃO EMITIDA COM REGISTRO DE ANTIGO ENDEREÇO SOCIAL. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA. (TJ-DF - APC: 20100111526633 DF 0049474-19.2010.8.07.0001, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 16/12/2013, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/12/2013 . Pág.: 199)

Diante do exposto, a RECORRIDA deve ser inabilitado, tendo em vista o não atendimento ao item 16.5, "a" do edital por não ter apresentado CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA com "plena validade", devido a infringência do Art. 2, §1º, alínea "c" da Resolução nº 266, do CONFEA c/c o art. 27, inciso II e art. 30, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93.

I.B – A RECORRIDA NÃO TEM QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ITEM 16.4.2, "a.5" DO EDITAL

O "Item 16.4.2, "a.5" do Edital determina que as concorrentes precisam apresentar o Certificado de Registro do profissional em contabilidade com a situação regular, ou seja, com data de validade vigente á época da licitação.

16.4.2 – A comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, será aferida mediante a apresentação de:

(...)

a.5) Comprovante de habilitação do profissional, bem como sua situação regular perante o seu Conselho Regional de Contabilidade;

Ocorre que a certidão do contador apresentada pela empresa Recorrida, estava com data de validade em 26/07/2021 e a licitação ocorreu em 09/02/2022. Logo, a empresa RECORRIDA merece ser inabilitada por apresentar certidão do contador sem validade, contrariando o item 16.4.2 "a.5" do edital.

II – DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer o recebimento e o processamento do presente recurso, julgando ao final procedente, por ser ato de plena JUSTIÇA, nos seguintes termos:

- 1) Seja recebido o presente RECURSO ADMINISTRATIVO com efeito suspensivo previsto em lei;
- 2) Seja Desclassificada/inabilita a PAIVA CONSTRUÇÕES LTDA, tendo em vista o não atendimento ao item 16.5 "a" do edital por não ter apresentado CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA com "plena validade", devido a infringência do Art. 2, §1º, alínea "c" da Resolução nº 266, do CONFEA c/c o art. 27, inciso II e art. 30, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93;
- 3) Seja Desclassifica/inabilita a PAIVA CONSTRUÇÕES LTDA, por falta de comprovação de qualificação econômica financeira, por apresentar a certidão do contador vencida, contrariando o item 16.4.2, "a.5" do edital;

Ato contínuo seja chamada à próxima colocada.

N. Termos,

P. Deferimento.

Manaus (AM), 17 de fevereiro de 2022.

AF CONSTRUTORA LTDA

Fábio Marques Aires Franca

Voltar